



ARTIGO

Commons de conhecimento em bibliotecas de Instituições de Ensino Superior em Curitiba/PR

Ana Paula da Silva Rodrigues¹  <https://orcid.org/0000-0001-7222-2751>

Andressa Rando Favorito²  <https://orcid.org/0000-0002-7351-4227>

Maria de Lourdes Alves Figueiredo³  <https://orcid.org/0000-0001-5326-7874>

¹ Prefeitura Municipal de Piraquara, Curitiba, Paraná, Brasil / e-mail: anageografia.smed@gmail.com

² Universidade Tecnológica do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil / e-mail: arfavorito@gmail.com

³ Universidade Tecnológica do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil / e-mail: mfigueiredo@utfpr.edu.br

RESUMO

No cenário das discussões sobre a hegemonia do conhecimento, surge um olhar diverso que busca mostrar a pluralidade dos saberes e a necessidade da partilha. No âmbito do desenvolvimento e disseminação deste conhecimento, prerrogativa de instituições de ensino superior (IES), as bibliotecas se caracterizam como um canal de acesso. Considera-se nesta pesquisa o conhecimento como um bem comum, conforme proposta de Charlotte Hess e Elinor Ostrom. *Commons* de conhecimento, sendo um recurso compartilhado por um grupo de pessoas e submetido a regras de auto governança. Assim, o presente estudo tem por objetivo identificar se a biblioteca universitária pode ser considerada um *commons* de conhecimento. Para a coleta de dados foram selecionadas duas bibliotecas de IES localizadas na cidade de Curitiba/PR, contando com organizações administrativas distintas, uma pública e outra privada. Em campo, realizou-se com os bibliotecários, entrevista focalizada na perspectiva de gestão desses profissionais. No que se refere às regras de governança, os resultados indicam que o acervo digital das bibliotecas pesquisadas se enquadra nos princípios de governança de *commons* de conhecimento. Por outro lado, a disponibilização do acervo nos espaços físicos nas bibliotecas sob avaliação, não satisfaz todos os requisitos, não sendo, portanto, possível classificar as bibliotecas universitárias analisadas na presente pesquisa como *commons* de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE

Commons de conhecimento. Biblioteca. Biblioteca universitária. Curitiba (PR).

Commons of knowledge in libraries of universities in Curitiba/PR, Brazil

ABSTRACT

In the context of the discussions on the hegemony of knowledge, a diverse view emerges aiming to show the plurality of knowledge and the necessity of sharing. In the scope of the development and dissemination of knowledge, prerogative of higher education institutions, libraries are characterized as a channel of access. Knowledge is considered in this research as a Commons, as proposed by Charlotte Hess and Elinor Ostrom. Commons of knowledge, from this perspective, is being considered a resource shared by a group of people and submitted to rules of self-governance. Thus, the present article aims to identify the university library as a commons of knowledge. Data was collected with the aid of semi-structured interviews conducted with librarians responsible

for a public and a private library in the Brazilian capital of the state of Paraná – Curitiba, both of which run different management styles. The results indicate that the digital library of the public library conforms to the principles of commons of knowledge governance, regarding the rules of governance. On the other hand, the availability of the collection within the physical spaces at the libraries under evaluation, does not satisfy all the requirements, being, therefore, impossible to classify the university libraries analyzed in the present research as commons of knowledge.

KEYWORDS

Commons of knowledge. Library. University library. Curitiba (PR).



JITA: DD. Academic libraries

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento é um bem valioso para a sociedade e, ainda que modernamente se tente inseri-lo em um contexto puramente mercadológico, é muito mais do que isso, seu valor ultrapassa os limites das questões econômicas, pois não é fungível, objetivável, material ou estocável (MACHADO, 2015).

O conhecimento, a despeito das inúmeras conceituações, deve ser percebido como um bem que “não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem”, mas se “constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (FREIRE, 1983, p. 22), portanto, é característica do conhecimento a relação, a troca. É assim que ele é construído, que se torna útil ou válido e se aperfeiçoa. Não há, portanto, razão da existência do conhecimento senão para que outras pessoas tenham acesso a ele.

De forma mais específica, o conhecimento científico é definido como o resultado do aprofundamento das ciências, pautado na razão, ancorado no rigor dos métodos que legitimam descobertas e que se valem de processos analíticos para tornar “preciso o que está na mente (*res-cogitans*) e na matéria (*res-extensa*)” (MOCROSKY; BICUDO, 2013, p. 409). Ele surge a partir da trama e entrecruzamentos de saberes que ocorrem na coletividade (FLECK, 1986), tendo então como característica o “complexo processo de interações sociais através do tempo” (CONDÉ, 2005, p. 126).

Esse valor imensurável reconhecido no conhecimento e sua profunda inter-relação com a sociedade e tudo que dela advém (educação, cultura, história, produção, ciências), sinaliza o seu potencial de bem-comum, potencializando, assim, a necessidade de estudos e debates acerca das formas de governança sobre o acesso ao conhecimento desenvolvido. As discussões sobre essa governança adquirem relevância diferenciada nas instituições de ensino e pesquisa, que existem a pretexto do desenvolvimento e disseminação do conhecimento, em especial nas Instituições de Ensino Superior - (IES), tema deste estudo. A questão, quando se trata de conhecimento, não é a sua natureza de acesso, mas sim as regras institucionais estabelecidas para a sua condução ou utilização (DARDOT; LAVAL, 2014), que o transformam em um recurso de acesso e utilização fechada, dando a ele *status* de produto mercadológico, ou aberta categorizando-o como *commons* de conhecimento.

O *commons* é uma alternativa a mercantilização exacerbada de bens ou recursos e um entendimento divergente daquele que defende a propriedade privada como único meio de garantir a durabilidade ou utilidade de um bem. Foge-se então à ideia do *commons* como bens de produção ou da natureza ou como serviço, definindo-o como construções relacionais com o bem ou recurso, em que não se define o seu valor, mas a forma como o mesmo é gerido, no contexto do compartilhamento (DARDOT; LAVAL, 2014). Ainda não há um termo em português para representar *commons*, sendo que tem sido aceita a designação bens-comuns, tradução livre, que se adéqua à definição de *commons* como “recursos compartilhados por um grupo de pessoas as quais estão sujeitas a conflitos sociais” (HESS; OSTROM, 2007, p. 3).

A expressão *commons* de conhecimento é uma terminologia utilizada para definir o compartilhamento de bens intelectuais e científicos (HESS; OSTROM, 2007), que ganhou amplitude no mundo científico quando se iniciaram as discussões acerca das novas formas de compartilhamento de bens naturais (renováveis ou não renováveis), materiais ou científicos/intelectuais (conhecimento), (HESS; OSTROM, 2007). Esse debate surge, entre outros aspectos, a partir da percepção de que o conhecimento estava sendo trancafiado (*enclosed*), mercantilizado (*commodity*) e patenteado (*overpatented*) de maneira abusiva

(HESS; OSTROM, 2007), impedindo que seu maior objetivo, transformar-se em saber a partir do acesso do maior número de pessoas, produzindo o bem-comum, fosse alcançado.

O conhecimento, a despeito das inúmeras conceituações, deve ser percebido como um bem que “não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem”, mas se “constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (FREIRE, 1983, p. 22), portanto, é característica do conhecimento a relação, a troca. É assim que ele é construído, que se torna útil ou válido e se aperfeiçoa. Não há, portanto, razão da existência do conhecimento senão para que outras pessoas tenham acesso a ele.

De outro lado, o desenvolvimento das tecnologias tornou quase espontânea a proliferação de informações, trocas e compartilhamentos de temas, estudos e do conhecimento em geral (HELLSTRÖM, 2003), gerando assim, um antagonismo de situações – de um lado a defesa de que o conhecimento deve ser gerido exclusivamente pelos seus criadores e pares e, do outro lado, a tecnologia disseminando sem controle o conhecimento na rede. O que suscitou estudos acerca da governança possível do conhecimento, tratado então como *commons*. Assim, o modo de governança é uma das singularidades de interesse de estudo dos *commons* de conhecimento (SCHIRRU, 2016) e tem produzido os mais importantes debates.

Ostrom (1990) adverte sobre a capacidade da cooperação da gestão e governança sustentável de recursos comuns, indo contra as posições até então defendidas de que a propriedade privada e o controle externo seriam os únicos meios de gerir bens, fossem eles tangíveis ou intangíveis, sob pena de, ao contrário, serem consumidos até o limite.

A governança dos *commons* de conhecimento precisa ser analisada sob o contexto do aumento das facilidades de comunicação e de disseminação, fomentada pela tecnologia. Assim, as instituições que tradicionalmente governam as produções científico/intelectuais, são desafiadas a trabalhar sobre este novo cenário, emergente, global e ilimitado que as redes tecnológicas produziram e que afetam não somente a disseminação e o compartilhamento do conhecimento, mas a própria produção, inovação e renovação desse conhecimento (HELLSTRÖM, 2003).

Os *commons* de conhecimento se configuram com características muito singulares que o diferem dos *commons* tradicionais em relação à natureza dos bens, regime, propriedade e modo de governança (SCHIRRU, 2016). Além de instigar novas percepções acerca da forma como esse complexo ecossistema de saber científico e intelectual, didático ou não, pode ser compartilhado socialmente (HESS; OSTROM, 2007). Uma gestão desse processo que permita o acesso ao maior número de pessoas, sem desrespeitar as questões relativas a patentes, autoria e outros direitos individuais é tema relevante em uma sociedade globalizada e tecnológica.

O foco é como gerir o *commons* de conhecimento de forma que fique acessível, sem que isso elimine a importância da propriedade autoral, sendo isso possível, na visão de Ostrom (1990). Por outro lado, na ideia de Hardin (1968), entende-se que quem compartilha e usa recursos não coopera para alcançar benefícios comuns, gerando assim a teoria da tragédia do *commons*. Para Ostrom (1990), para além do mercado (privatização) ou do Estado (controle público), as únicas duas alternativas teorizadas até então para evitar o consumo total dos recursos (especialmente os naturais não renováveis), dizem respeito à opção da autogestão e a gestão compartilhada ou gestão social. O que possibilita, assim, reconhecer o *commons* como modelo efetivo e possível de ser adotado, sejam os *commons* tradicionais, seja o de conhecimento. Este cenário instigou o presente estudo, com o seguinte questionamento: como ocorre a governança do *commons* de conhecimento nas bibliotecas das IES selecionadas na cidade Curitiba/PR, levando em consideração uma das gestões sendo privada e outra pública?

Em termos gerais, alguns elementos bases foram elaborados por Ostrom (1990) a partir de seus estudos e agregando conhecimentos das mais diversas disciplinas, indicando, portanto,

a interdisciplinaridade como um condutor de qualquer projeto de estudo ou aplicação da governança em *commons*, especificamente, nesse estudo, nos *commons* de conhecimento.

As experiências resultaram em oito princípios que sintetizam o potencial de governança dos *commons* (OSTROM, 1990), ressaltando-se a necessária colaboração interdisciplinar nos estudos que contribuem e continuam buscando caminhos viáveis para a sua governança (OSTROM, 2009). Diante do exposto, os princípios da base em gestão de bens comuns, segundo Ostrom (1990, p. 90-102), são:

Quadro 1. Princípios para a Gestão de Bens Comuns

Princípios	Definições
1) Fronteiras bem definidas	Definição de limites por meio de regras claras que incentivem a cooperação entre os usuários do bem (conhecimento) e evitem externalidades.
2) Coerência entre as regras de apropriação e provisão com as condições locais	Cuidado para manter a equivalência entre os custos e os benefícios, ou seja, que os benefícios associados ao recurso de uso do bem-comum sejam efetivados de acordo com as contribuições realizadas e adequadas as condições e necessidades locais.
3) Arranjos de decisão coletiva	Decisões e definições de regras devem ser operacionalizadas e aprovadas pela maioria, sendo, portanto, reconhecida e praticada a participação e coprodução dos usuários.
4) Monitoramento	Fundamental que haja um acordo para o monitoramento das ações do <i>commons</i> , de forma a criar e manter a confiança dos usuários, assim como de avaliação das regras, processos e comportamento dos usuários.
5) Sanções graduais	As regras devem abranger sanções tipificadas de acordo com a gravidade da violação, buscando sempre estimular o cumprimento das regras, mesmo por parte daqueles que a quebraram e sofreram sanções.
6) Mecanismos de resolução de conflitos	Os conflitos devem ser expostos na comunidade, debatidos, mediados e resolvidos, seguindo mecanismos de baixo custo.
7) Reconhecimento mínimo de direitos de organização (autonomia)	A criação ou revisão das próprias regras pelos usuários do <i>commons</i> e seus gestores deve ser reconhecida pelo Estado e demais autoridades externas.
8) Alinhamento e articulação intersetorial na gestão	Princípio de alinhamento e articulação intersetorial na gestão, reconhecendo que os bens de uso comum do <i>commons</i> é parte de um sistema maior e, portanto, pode sofrer a interferência do Estado quando se fizer necessário, de forma a coordenar a interdependência entre as unidades maiores e menores. É a chamada adocracia, isto é, governança em uma estrutura de múltiplas camadas de responsabilidade.

Fonte: Adaptado de Ostrom (1990, p. 90 - 102).

A respeito das bibliotecas universitárias, foco da pesquisa, uma de suas principais funções é a preservação do conhecimento (CUNHA, 2000, p. 73), devendo estar acessível para qualquer indivíduo e não para poucos privilegiados no contexto da academia.

O conceito aplicado a palavra “biblioteca”, desde a Antiguidade, passando pela Idade Média até os dias atuais, remete ao registro e armazenamento do conhecimento humano (SANTOS, 2014). Utiliza-se neste trabalho a definição do termo ‘biblioteca’ de Martínez e Senseney (2013, p. 403, tradução nossa) sendo “um repositório de informações que foram habilmente selecionadas e organizadas no interesse de ajudar aqueles que buscam conhecimento e que todas as bibliotecas são caracterizadas pela recolha sistemática e organização de informação para acesso ou preservação”.

Em relação à biblioteca pública, tem-se como sua definição, o Manifesto IFLA/UNESCO (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA),1994), modulado a partir do Manifesto de Caracas (SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MEDELLÍN, 1985):

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes como, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas. Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades [...]. As coleções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA), 1994).

Machado, *et al* (2014) apresentam um aspecto da biblioteca pública que associa o espaço público a construção de uma sociabilidade nos moldes da “sociedade em rede” de Castells (2005), na qual as pessoas são, ao mesmo tempo, usuários e coautores do conhecimento na medida de suas escolhas de busca e compartilhamento dos elementos. Neste sentido, a legislação brasileira traz importante contribuição para o desenvolvimento individual e coletivo, trata-se da Lei nº 12.244/10, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Ela determina, em seu artigo 1º, que todas as instituições de ensino no país, sejam públicas ou privadas, disponham de uma biblioteca. Essa lei chancela o direito democratizado à informação, promovendo a todos o acesso ao conhecimento (BRASIL, 2010).

No entendimento de Betancur (2002), a busca de um perfil social nas bibliotecas públicas, dentro de um contexto atual, apresenta muitas possibilidades, entre elas a visão do espaço como proposta de desenvolvimento, abrangência interinstitucional e interdisciplinar, redimensionamento do valor da informação nos mais diversos suportes de leitura, tendo seu posicionamento como interlocutor da comunidade.

Em se tratando de uma comunidade acadêmica, Bisset Alvarez (2017) indica o surgimento, nos Estados Unidos, dos *Informations Commons* (IC), espaços sem restrições de acesso aos produtos, serviços de informação e recursos na biblioteca universitária. Esses espaços, conforme o autor, evoluíram para *Learnings Research Centres* (LRC), ou *Learnings Commons* (LC), idealizados para promoção da aprendizagem. Os IC e os LC atendem as necessidades de acessibilidade aos serviços oferecidos aos usuários, promovendo a facilitação no trato das informações no ambiente universitário (BISSET ALVAREZ, 2017).

No que diz respeito a oferta de bibliotecas públicas no Brasil em 2015, segundo o *site* do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, temos 503 na Região Norte, 1.847 na Região Nordeste, 501 na Região Centro-Oeste, 1958 na Região Sudeste e 1293 na Região Sul. Na relação entre bibliotecas/população a região Sul tem 442/10.000.000 de habitantes; a região Nordeste 327/10.000.00 de habitantes; a região Centro-Oeste/10.000.00 de habitantes; a região Norte 288/10.000.000 de habitantes e a região Sudeste 228/10.000.000 de habitantes (SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, s/data). Considerando as estimativas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), para o mesmo ano, percebe-se que a distribuição de bibliotecas não é uma relação ideal, pois nas três regiões mais populosas do país, a relação biblioteca/população é inversamente proporcional. Questiona-se, assim, a amplitude de acesso ao conhecimento pela biblioteca.

As bibliotecas universitárias, segundo Goldsmith e Fonseca (2014), são importantes espaços de suporte aos projetos educacionais e de aprendizagem e como sistema educacional com ambientes centrados no aluno. No pensamento de Bhatnagar (2017), a importância que a biblioteca universitária física tem, supera a busca pelo estudo à distância, e a intenção em

contemplar estudantes externos com esse benefício deve ser atitude constante, principalmente porque, segundo Bundy (2002), os serviços oferecidos nesse ambiente primam pela equidade.

2 METODOLOGIA

Este estudo realizou-se no grupo de pesquisa em Tecnologia e Meio Ambiente (TEMA), do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - Campus Curitiba - no decorrer do ano de 2018. Como base teórica apresenta os conceitos preconizados por Elinor Ostrom, prêmio Nobel de economia em 2009, e uma das mais importantes defensoras do *commons* para análise de governança dos *commons* de conhecimento.

Seu objetivo consiste em identificar se a biblioteca universitária pode ser considerada um *commons* de conhecimento, por meio da análise comparativa de acesso ao conhecimento promovido pela gestão da amostra de duas bibliotecas de IES na cidade de Curitiba/PR. Neste contexto, além de ampliar quantitativamente as bibliotecas, há que se observar a capacidade da governança em produzir o bem-comum, através da disseminação do conhecimento a partir do acesso ao maior número de pessoas.

A amostra selecionada para a pesquisa é composta por bibliotecas com administrações distintas, uma biblioteca pública e outra privada de IES, ambas localizadas na cidade de Curitiba/PR. Salienta-se que tal amostra não se torna representativa da cidade, mas constitui-se em importante base de informações acerca da temática abordada.

A IES pública possui 14 bibliotecas distribuídas em seus *campi*, sendo que no ano de 2018 contava com 29.935 matrículas, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Já a IES privada, nesse mesmo ano, detinha aproximadamente 5.000 matrículas considerando suas duas unidades, conforme dados obtidos com o bibliotecário entrevistado.

Os participantes da pesquisa foram os bibliotecários responsáveis pelas respectivas bibliotecas das IES: um bibliotecário da IES pública – com uma biblioteca sob sua gestão, e um bibliotecário da IES privada, responsável pela gestão das duas bibliotecas da instituição a que se encontra vinculado.

Para a coleta de dados utilizou-se a técnica de entrevista focalizada. Esse tipo de entrevista, de acordo com Marconi e Lakatos (2017), é organizado a partir de um roteiro contemplando aspectos relacionados com o problema de pesquisa. Sua principal vantagem consiste na liberdade do pesquisador/entrevistador, pois, “sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 90). A entrevista focalizada centra-se na perspectiva de conhecimento do entrevistado, contém um esquema básico, mas é flexível, permitindo que se façam as adaptações necessárias.

Mediante o exposto, e em consonância com os pressupostos enfatizados por Creswell (2010), a pesquisa apresenta caráter qualitativo, uma vez que os dados coletados em campo vinculam-se ao local em que os participantes vivenciam a problemática abordada, além da ênfase nos significados por eles atribuídos (CRESWELL, 2010, p. 208-213).

Objetivando garantir a credibilidade, assim como a confidencialidade (caráter anônimo), a fidedignidade das informações e o respeito à dignidade humana, esta pesquisa contou com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e de Uso de Som de Voz, assinado pelos participantes (bibliotecários), conforme orientações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos (CEP) da UTFPR. As entrevistas foram gravadas e transcritas, contando com *feedback* dos participantes autorizando

o uso das informações para fins acadêmicos. Assim sendo, mesmo a pesquisa não passando pela apreciação do CEP, contou com todos os procedimentos que visam garantir a proteção da integridade humana, inclusive o direito de esclarecimentos e retirada durante seu percurso.

Os dados obtidos foram analisados utilizando-se de análise comparativa (FACHIN, 2006), permitindo identificar o que é comum às bibliotecas investigadas a partir dos dados concretos levantados por meio do instrumento utilizado.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

As entrevistas realizadas com dois bibliotecários, IES pública e privada com fins lucrativos, foram gravadas, transcritas e são apresentadas em forma de síntese no Quadro 2.

Quadro 2. Síntese das Entrevistas

	QUESTÕES	IES PÚBLICA	IES PRIVADA
1	Disseminação do conhecimento?	Biblioteca como algo de extrema importância; trabalha-se com a comunidade interna e externa; papel da biblioteca é trazer a informação para o usuário.	Biblioteca como elo entre o usuário e todos os serviços possíveis de se oferecer; responsabilidade em oferecer a informação que seja importante para o usuário.
2	Valores de conhecimento enquanto bem comum?	A biblioteca estimula os valores de conhecimento enquanto bem comum; a biblioteca procura o usuário e capta alunos, professores e funcionários administrativos.	A biblioteca estimula os valores de conhecimento enquanto bem comum; é um meio de interação entre as pessoas; na troca melhora-se a informação.
3	Existem regras, gestão da biblioteca?	A biblioteca tem regras; não há participação do usuário em tudo, mas este tem alguns canais, como o sistema interno de gestão, para sugerir, além do contato pessoal; é importante saber o que o usuário pensa.	A biblioteca tem regras; não há participação do usuário em tudo, mas procura-se ouvi-lo e atendê-lo.
4	Ações para modernizar o acesso ao acervo	Existem ações para modernizar o acesso: comissões para catalogação e comunidade externa; e melhoria do empréstimo entre <i>campi</i> via sistema interno.	Existem ações para modernizar o acesso: alocação de recursos para demandas prioritárias.
5	Como são elaboradas e compartilhadas as regras de acesso e uso do acervo?	As regras são disponibilizadas na página da biblioteca e apresentadas em sala de aula quando há capacitação em base de dados; foram elaboradas de maneira conjunta pelos funcionários.	As regras são disponibilizadas no link da biblioteca; no ingresso dos alunos é realizada uma exposição; foram elaboradas em comum acordo com outras bibliotecas.
6	Regras de “proteção ao bem comum x compartilhamento amplo do conhecimento?	As regras de acesso e uso foram elaboradas visando promover a proteção ao bem comum e o compartilhamento do conhecimento; já foram realizadas campanhas para preservação do acervo; divulgação de orientações em material impresso e nas capacitações realizadas em sala de aula; realização da Semana Nacional do Livro de Biblioteca promovendo arrecadando e promovendo a troca de livros.	As regras de acesso e uso foram elaboradas visando promover a proteção ao bem comum e o compartilhamento do conhecimento; atendimento as demandas manifestadas pelos alunos: aumento no número de materiais e dias de empréstimo.
7	Promoção de eventos voltados a produção e disseminação do conhecimento?	Não existem ações ou eventos específicos para os usuários voltados para a produção e disseminação do conhecimento; foco no acervo, divulgação e treinamento em bases de dados.	Já existiram algumas ações que foram interrompidas devido a falta de funcionários e recursos; prioridade na manutenção do acervo.

8	Ação para produção e disseminação ou incentivo a pesquisa?	Não há ações específicas para a comunidade local voltada para a produção e disseminação ou incentivo a pesquisa; a capacitação no uso das bases de dados é o mais próximo, pois será a ferramenta na produção do conhecimento pelos alunos.	O espaço da biblioteca pode ser utilizado por alunos de outras Instituições de Ensino Superior.
9	Você entende que o conhecimento compartilhado pela biblioteca possa ter um viés de bem comum?	O conhecimento compartilhado pela biblioteca apresenta um viés de bem comum, sendo um instrumento de estímulo ao compartilhamento de conhecimento; relação da biblioteca a formação profissional do aluno e sua relação com a sociedade.	O conhecimento compartilhado pela biblioteca apresenta um viés de bem comum, sendo um instrumento de estímulo ao compartilhamento de conhecimento; quanto mais a informação for compartilhada ela circulará melhor.

Fonte: Os autores (2018).

A biblioteca, segundo os preceitos de *commons*, é um instrumento de disseminação do conhecimento. Os entrevistados apontam esta prática na conduta dos colaboradores:

Eu vejo a biblioteca como algo de extrema importância porque nós trabalhamos não apenas com a comunidade interna, mas também a externa [...]. A gente consegue atender o usuário em vários sentidos, não só no que é básico pra ele, que é o empréstimo de livros, mas também em relação a busca da informação. [...] O principal objetivo da biblioteca é o atendimento ao usuário, encontrando a informação que ele necessita e até aquela informação que ele não sabe que necessita. (Bibliotecário IES pública, 2018).

Promover o conhecimento não é apenas um ato técnico, mas a produção de uma cultura democrática de acesso para todos indistintamente. A descrição do bibliotecário da IES pública aponta para esta direção, trazendo as funções e atividades realizadas na biblioteca como uma ação ampla, não se limitando a oferecer aos usuários aquilo que procuram, mas estimulando o conhecimento para além daquilo que acham necessário ou que precisam no momento.

De outra parte, na IES privada tende para o pragmatismo, com entendimento voltado a atender aos interesses de cada usuário:

Entendo como um elo essencial entre o usuário e todos os serviços que é possível oferecer. Então você tem uma gama de responsabilidade que é oferecer algo que seja realmente verídico, que tenha base e que seja importante para a pessoa (Bibliotecário IES privada, 2018).

Percebe-se certo distanciamento entre a biblioteca, o usuário e o conhecimento, este último enquanto elemento a ser descoberto a partir do estímulo a pesquisa, ao novo, ao diferente que, em grande parte é responsabilidade dos profissionais que atuam junto ao usuário da biblioteca e, principalmente da forma como a governança é trabalhada na instituição de ensino e na biblioteca.

O bem comum é apontado pelos entrevistados como elemento chave das bibliotecas, sendo que o entendimento do bibliotecário da IES pública é positivo sobre o estímulo ao conhecimento como bem comum.

A biblioteca vai atrás do usuário, não fica ali apenas esperando que ele entre em contato com ela para dizer quais as necessidades. [...] as pessoas que trabalham na biblioteca não ficam aqui apenas esperando que o usuário as procure, mas vai atrás dele, do aluno, do professor para capacitá-lo também. (Bibliotecário IES pública, 2018).

Da mesma forma se refere o entrevistado da biblioteca privada:

A biblioteca faz muito tempo que deixou de ser um centro [...] fechado em si. [...] Com todas essas novas formas de você disseminar informação, ela passou a ser cada vez mais, um meio de interação entre as pessoas, de um modo em geral, e a informação que ela necessita. [...] A gente percebe uma troca muito rápida [...], hoje você tem os meios que te permitem isso [...], todas essas bases digitais, os repositórios [...]. Essa é, cumplicidade de você trocar informação com alguém que conhece e mudar a informação, porque a gente vai melhorando a informação. (Bibliotecário IES privada, 2018).

Em relação às regras e orientações para estimular a participação dos usuários nas decisões da gestão da biblioteca ambos os entrevistados apontaram que há limites nesta participação:

A biblioteca tem as suas regras. [...] Eu não digo que o usuário participe em tudo [...] é importante saber o que o usuário deseja, o que ele pensa e o que ele sente falta. [...] [...] O nosso sistema de gestão da biblioteca é um dos canais que o usuário tem para contato com a biblioteca, seja para tirar dúvida, para reclamar, para sugerir, além do contato pessoal. [...] (Bibliotecário IES Pública, 2018).

A gente tem as regras básicas. [...] Quando existe uma sugestão ou clamor por algo a gente tenta resolver essa situação. [...] O usuário participa, mas você não consegue dar o poder. [...] A gente tenta estar o mais próximo do usuário e tenta ouvir o que ele quer realmente pra gente tentar atender. É ele que vai dizer o que ele precisa, como ele precisa. (Bibliotecário IES privada, 2018).

Observa-se que há instrumentos que estimulam e permitem a participação do usuário para reclamações, sugestões, pesquisas de satisfação, porém, não há ações diretas que promovam a integração entre a gestão e o usuário. As decisões tendem a ser exclusivamente administrativas, utilizando das percepções acerca daquilo que o usuário deseja, necessita ou solicita para embasá-las.

Na sequência trata-se das ações voltadas à modernização do acesso, que demonstraram a questão como permanente na gestão das bibliotecas e tem como objetivo ampliar o acesso e as parcerias integrativas.

Temos a comissão voltada para a catalogação [...], a comissão voltada para a comunidade. [...]. Nós estamos trabalhando, por exemplo, na melhoria do empréstimo entre *campi* [...] via sistema interno, é mais rápido e mais econômico (Bibliotecário IES pública, 2018).

A noção de que uma biblioteca pública deve estar voltada à comunidade está presente na fala do entrevistado que aponta, por outro lado, um foco na comunidade interna da IES. Já na IES privada o interesse maior é a tecnologia.

Sim, a gente está sempre em busca de melhorias. [...] isso demanda muitas outras coisas [...] ter espaço, velocidade de internet, [...] recursos para manter uma base digital [...], algumas coisas a gente percebe que não tem mais necessidade, por exemplo, assinatura de periódicos comerciais [...] aquele recurso foi alocado para outra situação melhor (Bibliotecário IES privada, 2018).

Em ambas as IES, os bibliotecários reforçam a acessibilidade aos serviços que oferecem. Importa destacar que um dos elementos base do bem comum e, especialmente no caso do *commons* de conhecimento, são as regras para uso e compartilhamento do material oferecido pelas bibliotecas, tema que também foi tratado nas entrevistas e que são parte dos princípios de governança.

Na IES pública, de acordo com o entrevistado, o regulamento está disponível a todos no sítio da biblioteca, onde “estão descritos os serviços que a biblioteca oferece, os direitos e deveres do usuário”, como também tais regras são expostas por um profissional, via apresentação, nas salas de aula da IES. O entrevistado também explica que “a elaboração dessas

regras foi um trabalho em conjunto”, sem explicar, no entanto, quem fez parte desse conjunto organizado para elaborá-las.

Já na biblioteca da IES privada, as informações dão conta de que no site da biblioteca as regras estão expostas a todos e também há “contato inicial com o aluno quando ele entra, né, e aí a gente faz uma exposição”. A elaboração destas regras na IES privada não cita a participação direta de usuários.

O bem comum, seja qual for, precisa de proteção e isso se faz através de regras e da conscientização sobre a responsabilidade de todos para o seu cuidado e disseminação sem abusos (DARDOT; LAVAL, 2014). Dessa forma, questionou-se sobre se na elaboração e aplicação das regras, há o cuidado de manter a relação entre a proteção ao bem comum e o compartilhamento amplo do conhecimento, principalmente no que se trata do acervo físico.

Ambas as bibliotecas, de acordo com as falas dos entrevistados, têm muita preocupação com essa questão, sendo que a biblioteca pública faz “campanhas de preservação do acervo porque não é só uma questão de furto que a gente tem que pensar, mas no manuseio do material”. Isso também é realizado em sala de aula, através de folders explicativos e em eventos como a Semana Nacional do Livro de Biblioteca”. Há também parceria com a Organização Não Governamental (ONG) para fomentar a disseminação do conhecimento e a proteção ao acervo e ao próprio conhecimento, promovendo “esse tipo de iniciativa pra envolver o usuário, pra ele não ter só como retorno o conhecimento, mas também o entendimento de como as coisas funcionam”.

Na Biblioteca da IES privada as informações sobre ações de conscientização sobre a preservação do material e do conhecimento, sem com isso afetar sua disseminação, não são claras, mas se observou o cuidado em atender as necessidades e solicitações dos usuários para ampliar o tempo de empréstimo e a quantidade de obras emprestadas a um mesmo usuário ao mesmo tempo.

Outro importante elemento que qualifica uma biblioteca como commons de conhecimento e adequa-se aos princípios estabelecidos por Ostrom (1990), diz respeito às ações de incentivo ou promoção de eventos voltados à produção e disseminação do conhecimento, como feiras e seminários. Questionados sobre este tema, tanto o entrevistado da IES pública como da IES privada informaram que não há, no momento, atividade específica com este intuito, mas apontam algumas atividades importantes:

voltado para o usuário, algo que a gente faça com esse intuito, não! [...] a gente tem percebido que é importante esse trabalho de divulgação das bases de dados, de treinamento, porque o acesso está aumentando. [...] Comecei a divulgar sinopses dos filmes periodicamente. Eu fiz estatística antes da divulgação e estatísticas durante e depois e percebi que aumentou muito (Bibliotecária de IES pública, 2018).

A atenção da biblioteca da IES pública está em potencializar informações, via mídias digitais, sobre o acervo, especialmente àquele que, espontaneamente, não é tão conhecido. Já na biblioteca da IES privada a fala aponta para ações efetivas já realizadas, porém, sem continuidade em função do custo.

Então, a gente já teve momentos uns momentos que a gente fazia algo diferente, infelizmente, agora estamos com um quadro reduzido e a gente perdeu algumas coisas. [...] Você tem que ter pessoal, você tem que ter disponibilidade, e muitas vezes você tem que ter algum tipo de recurso. [...] A gente fazia um Café com Debate, então você trazia pessoas pro ambiente da biblioteca, fazia um café com bolachas e tal, no centro, e você trazia algum tema com alguém pra debater, muito interessante [...] o foco acabou [...] que é o que a gente realmente tem como prioridade, que é manter o acervo. [...] feira de livros, deixou de se fazer porque, as editoras [...] não conseguem vender. (Bibliotecária de IES privada, 2018).

As questões financeiras e de recursos humanos, além da pouca atuação das editoras, nas ações de fomento do conhecimento, restringiram o movimento de disseminação do conhecimento por parte da biblioteca da IES privada, indicando que ainda não há uma cultura do conhecimento como bem comum, em seu sentido amplo.

O mesmo ocorre quando a questão se limita a informações sobre ações voltadas a produção e disseminação ou incentivo a pesquisa, estudos, eventos realizados na e pela comunidade local. Ambos os entrevistados apontam para a ausência de movimentos neste sentido. Enquanto na IES pública o bibliotecário informa que a única ação “próxima disso é a capacitação no uso das bases de dados porque é a ferramenta que ele vai usar na produção do conhecimento, na elaboração do seu trabalho”, na IES privada a biblioteca fica aberta a estudantes de outras instituições “[...] Eles vêm direto porque eles não têm lá”. Portanto, há diversas limitações para a integração das bibliotecas com a comunidade na produção e estímulo ao conhecimento local.

Finalizando as entrevistas foi solicitada a opinião dos bibliotecários acerca do seu entendimento sobre a função da biblioteca para a disseminação do conhecimento como bem comum. Ambos os entrevistados compreendem a importância do compartilhamento do conhecimento, pois, “hoje a informação quanto mais partilhada melhor, porque ela circula melhor” (Biblioteca de IES privada) e a biblioteca tem função primordial nisso já que “a biblioteca está diretamente ligada ao que o nosso aluno vai fazer lá fora como profissional” (Biblioteca de IES pública).

As bibliotecas, portanto, têm função primordial neste processo e a forma como organizam suas bases e banco de dados, que utilizam da tecnologia e dos recursos humanos e que planejam e aplicam ações de compartilhamento e integração, são a base para fomentar o compartilhamento do conhecimento. Pelas entrevistas, se observa o reconhecimento da função e dos meios (redes, tecnologia, governança) para o compartilhamento efetivo do conhecimento, porém, as limitações técnicas, econômicas e de gestão são observadas a partir da pesquisa e, especialmente no processo de construção de relações que permitam um processo efetivo de integração e empatia que estimule a vivência do outro e assim o compartilhamento do conhecimento.

Identifica-se como forma de governança na IES pública o acervo, o empréstimo facultado apenas aos estudantes, servidores e funcionários de empresas terceirizadas, mediante apresentação de crachá. As pessoas sem vínculo com a instituição podem consultar todos os materiais oferecidos nas bibliotecas, pessoalmente, mas sem possibilidade de empréstimo. Todavia o acervo possui características que respondem às necessidades dos usuários acadêmicos.

A partir do exposto entende-se que a produção de conhecimento na IES pública, disponível em sua biblioteca, está alinhada com o conceito de *commons* (OSTROM, 1990). Neste sentido, poder-se-ia dizer que há na IES um *common of knowledge* (HESS; OSTROM, 2007) no formato digital, pois atenderia aos 8 princípios de auto governança estabelecidos por Ostrom (1990). Pois suas fronteiras são circunscritas em uma determinada página de um portal específico, há coerência entre as regras de apropriação e provisão com as condições locais, a produção de conhecimento na IES disponibiliza acesso aberto tanto para a comunidade acadêmica quanto para o acesso de qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo, há o reconhecimento das regras da comunidade interna e autoridades externas por documentos disponibilizados no *site* institucional, há o respeito às regras com penalizações claras aos transgressores (sanções graduais), há o reconhecimento mínimo de direitos de organização (resolução de conflitos de forma rápida), e existe o alinhamento e articulação intersetorial na gestão (do particular para o geral). Porém não existem arranjos de decisão coletiva, os parâmetros de gestão são definidos administrativamente.

A IES privada compartilha de processo de gestão, compartilhamento e regras semelhantes a IES pública, com regras bem definidas e alinhadas com as sanções. Há entendimento de que as regras devem ser modificadas de acordo com as mudanças de necessidades dos usuários e que devem estimular a cooperação e o compartilhamento, disseminando a ideia do bem comum. Há, também, interação com outras bibliotecas, outros campos e instituições de ensino e o reconhecimento da necessária articulação intersectorial. A participação do usuário e da comunidade na gestão é limitada, assim como, há limites significativos nas ações diversas de disseminação e produção do conhecimento para além do espaço da biblioteca. As limitações econômicas e de recursos humanos são empecilhos para o aprimoramento e ampliação dos sistemas tecnológicos e especialmente para ampliação do acervo, através do acesso de bases de dados pagas. Portanto, as regras de bases de dados nacionais e internacionais, influenciam na capacidade da biblioteca em ampliar a oferta de conhecimento aos seus usuários.

Ambas as bibliotecas têm como foco os usuários internos (acadêmicos, professores e demais profissionais), porém, abrem-se para que todos possam utilizar-se de suas bases e, segundo Bundy (2002), esta parece ser uma característica cultural das bibliotecas universitárias que primam pela equidade e a democratização do acesso ao conhecimento.

Destaca-se nas entrevistas a percepção clara de que o conhecimento é um bem comum que se desenvolve a partir do seu compartilhamento (DARDOT; LAVAL, 2014), devendo ser fomentado e estimulado o acesso de todos, bem como, o uso do material já produzido e publicado para gerar novos conhecimentos, sempre respeitando as regras de uso.

Se observa, no entanto, que as dificuldades estruturais, financeiras e da própria gestão (especialmente na questão de disponibilidade de recursos humanos) impede que as bibliotecas participem de forma mais ampla das discussões e fomento da produção de conhecimento pela comunidade. E, especialmente, no planejamento e efetivação de ações amplas para estimular a todos, não somente da comunidade acadêmica, mas da sociedade em geral, a acessar e compartilhar conhecimento. Como explicam Strauhs *et al.* (2012), a governança do conhecimento que foque no compartilhamento precisa da coletividade e da interação, portanto, são necessárias estratégias claras e objetivas, ambientes de trabalho agradáveis que viabilizem a troca de ideias e favoreçam o diálogo. Sendo que, conforme Stewart (2001), o compartilhamento dos saberes somente ocorre quando as pessoas percebem o destino de tal conhecimento, enfatizando a existência da intenção do conhecimento, ações que podem ser efetivadas pelas bibliotecas, através de atividades mais produtoras, interativas e para além dos portões universitários ou dos espaços de pesquisa.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada apontou para a evolução das bibliotecas públicas e privadas no sentido de atender a finalidade máxima de bem-comum. Entretanto, é um processo ainda em construção, estando o acervo digital enquadrado nos princípios de governança de *commons*, porém, no que concerne à distribuição do acervo no espaço físico, os princípios não estão todos efetivamente atendidos.

As deficiências mais visíveis indicadas pela pesquisa estão no princípio três que trata dos arranjos de decisão coletiva, não atendidos em ambas as bibliotecas pesquisadas, que têm as decisões de gestão definidas administrativamente.

Outro ponto deficiente indicado pela pesquisa dá conta de que, embora haja conhecimento teórico e entendimento acerca da importância e eficiência da aplicação dos

princípios de gestão de bens-comuns, que possibilitam a efetividade do *commons* do conhecimento, as limitações econômicas e, conseqüentemente, tecnológicas, de ampliação do acervo e de recursos humanos, entravam a evolução e transformação mais rápidas e amplas. Há que se destacar também a necessidade de fomentar a publicidade acerca do acesso de todos ao acervo, assim como, de estimular a comunidade para a participação mais efetiva as discussões e cobranças ao poder público acerca da produção e disseminação do conhecimento.

Os resultados obtidos nesta pesquisa, além do embasado no referencial teórico, possibilitam a investigação de novos modelos para gestão de bibliotecas, que estejam mais adequados com as necessidades dos usuários em IES e em conformidade com as novas perspectivas de aprendizagem e apontam para as dificuldades encontradas pelos profissionais que atuam nestes espaços em fomentar a governança baseadas nos princípios do *Commons*.

Estudos mais aprofundados e amplos, envolvendo usuários das bibliotecas, a comunidade e especialistas podem auxiliar no encontro de caminhos para ampliar as ações com foco no *Commons* do Conhecimento. Seria interessante um estudo analisando as diferenças na postura dos usuários de bibliotecas públicas e privadas, a fim de identificar questões relacionadas ao perfil dos estudantes e seus objetivos, além das limitações impostas por cada tipo de IES, seja no âmbito dos vários tipos de acessibilidade ou ausência de mecanismos de intercâmbio de conhecimento.

Outro ponto passível de análise é a falta de conhecimento da comunidade acadêmica das IES em relação ao funcionamento, acervo, atividades e seus direitos em relação às bibliotecas das instituições.

REFERÊNCIAS

BETANCUR, Adriana M. La biblioteca pública en la perspectiva del desarrollo local: una estrategia para la democracia. In: IFLA COUNCIL AND GENERAL CONFERENCE, 68th, 2002. Disponível em: <https://archive.ifla.org/IV/ifla68/papers/124-084s.pdf>. Acesso em: 08 set. 2018.

BHATNAGAR, Hansa. Synthetic review paper on library: knowledge supplement for academic. **Journal of Emerging Technologies and Innovative Research**, v. 4, n. 12, p. 103-106, 2017. Disponível em: <http://www.jetir.org/papers/JETIR1712022.pdf>. Acesso: 03 set. 2018.

BISSET ALVAREZ, Edgar. **Sistemas de recomendação para bibliotecas universitárias: um aporte teórico da arquitetura da informação**. 2017. 181 p. Tese. Doutorado em Ciência da Informação. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. Disponível em: <https://urlless.in/z8W1g>. Acesso em: 08 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.244/2010. **Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País**. Disponível em: <https://bit.ly/KsY2oo>. Acesso em: 02 set. 2018.

BUNDY, Alan. The University Library as educational change-agent: an Australian perspective. In: OECD: SEMINAR UNIVERSITIES AND LIBRARIES, 26-27. Paris, 2002. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/imhe/23280039.PDF>. Acesso em: 06 set. 2018.

CASTELLS, Manoel. A sociedade em rede. Tradução: Roneide V. Majer e Klaus B. Gerhardt. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Paradigma versus Estilo de Pensamento na História da Ciência. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Ciência, História e Teoria. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução de Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Murilo Bastos. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8>. Acesso em: 08 març. 2019

DARDOT, Pierre; LAVAL, Crhistian. **Commun: essai sur la révolution au XXe siècle.** Paris: La Découverte, 2014.

FACHIN, Odila. **Fundamentos de metodologia.** 5. ed. [rev.] – São Paulo: Saraiva, 2006.

FLECK, Ludwik. La génesis y el desarrollo de un hecho científico. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GOLDSMITH, Melissa, FONSECA, Anthony J. **The academic library as an educational system.** [S.l.]: Chandos, 2014.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243–1248, 13 dez., 1968. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/sci/162/3859/1243.full.pdf>. Acesso em: 03 set. 2018.

HELLSTRÖM, Tomas. Governing the virtual academic commons. **Research Policy**, v. 32, n. 3, p. 391–401, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2xva5wE>. Acesso em: 03 set. 2018.

HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor (ed.). Introduction: An Overview of the Knowledge Commons. In: **UNDERSTANDING knowledge as a commons: from theory to practice**, 2007. Acesso em: 03 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de população para 1º de julho de 2015.** 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2O259sx>. Acesso em: 07 set. 2018.

MACHADO, Elisa *et al.* A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.14, número especial, p.115-127, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v19nspe/10.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.

MACHADO, Nilson José. O conhecimento como um valor: as ideias de a-crescimento e de commons. **R. Cont. Fin.** – USP, São Paulo, v. 26, n. 67, p. 7-10, jan./fev./mar./abr., 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rcf/v26n67/pt_1519-7077-rcf-26-67-00007.pdf. Acesso em: 11 set. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTÍNEZ, Victor M.; SENSENEY, Megan F. The professional and his books: special libraries in the ancient world. In: KONIG, Jason; OIKONOMOPOULOU, Katerina; WOOLF, Greg (org.). **Ancient libraries**. New York: Cambridge University Press, 2013.

MOCROSKY, Luciane Ferreira.; BICUDO, Maria. Um estudo filosófico-histórico da ciência e da tecnologia sustentando a compreensão de educação científico-tecnológica. **Acta Scientiae**, v.15, n.3, p. 406-419, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2xEbIIv>. Acesso em: 12 set. 2018.

OSTROM, Elinor. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. **Science**, v. 325, n. 5939, p. 419–422, 2009. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/325/5939/419.full>. Acesso em: 04 set. 2018.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1990.

SANTOS, José H. A. **Origem e evolução das bibliotecas ao longo do tempo**. 2014. 68 f. TCC. Curso de Graduação em Biblioteconomia. Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Brasília, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2zotaBX>. Acesso em: 22 set. 2018.

SCHIRRU, Luca. Os *commons* de conhecimento: conceito, distinções e uma análise sob o feixe de direitos. **PIDCC**, v. 10, n. 02, p. 167-182, 2016. Disponível em: <http://www.pidcc.com.br/artigos/102015/10022016.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA. Dados das Bibliotecas Públicas do Brasil. Informações das bibliotecas públicas. **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**, s/data. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em: 07 set. 2018

STEWART, Thomas A. **The wealth of knowledge**: intellectual capital and the twenty-first century organization. New York: Doubleday/ Currency, 2001.

STRAUHS, Faimara do Rossio *et al.* **Gestão do conhecimento nas organizações**. Curitiba: Aymará Educação, 2012.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MEDELLÍN. **Declaración de Caracas sobre la biblioteca pública como factor de desarrollo e instrumento de cambio en América Latina y el Caribe**. Caracas, 1985. Disponível em: <https://urlless.in/5o1tO>. Acesso em: 07 set. 2018.



Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 07/10/2020 – Aprovado em: 09/11/2020 – Publicado em: 18/11/2020
